ISSN 2529-9824

Artigo de investigação

A perspetiva de género nos planos de estudo de arquitetura e urbanismo em Portugal

Gender perspective in architecture and urban planning curricula in Portugal

Goreti Sousa[1]: CIAUD-UPT, Portugal.
goretisousa@upt.pt
Monica Alcindor: CIAUD-UPT, Portugal.
monicaalcindor@upt.pt

Data de receção: 13/06/2024

Data de Aceitação: 18/07/2024

Data de publicação: 22/08/2024

Como citar o artigo:

Sousa, G., & Alcindor, M. (2024). A perspetiva de género nos planos de estudo de arquitetura e urbanismo em Portugal [Gender perspective in architecture and urban planning curricula in Portugal]. *European Public & Social Innovation Review*, 9, 1-16. https://doi.org/10.31637/epsir-2024-533

Resumo:
Introdução: O texto aborda a importância de integrar a perspetiva de género na formação em arquitetura e urbanismo, áreas historicamente dominadas por homens, onde o contributo feminino tem sido subvalorizado. **Metodología:** A inclusão desta perspetiva no ensino dessas disciplinas é crucial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os relacionados à igualdade de género, à redução das desigualdades e à construção de cidades sustentáveis. **Resultados:** A investigação destaca a ausência da perspetiva de género nos cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura em Portugal, evidenciada pela falta de conteúdos, referências bibliográficas e iniciativas institucionais que abordem o papel das mulheres na história da arquitetura. A predominância de docentes masculinos em posições de liderança contrasta com a crescente procura pela formação em arquitetura por parte de mulheres. **Discussão:** Isso inclui a elaboração de guias e unidades curriculares específicas, sensibilizando futuras gerações de arquitetos para planear espaços mais inclusivos e sensíveis às necessidades de todos os grupos sociais. **Conclusões:** A investigação defende que a omissão da perspetiva de género compromete uma educação de qualidade (ODS 4) e impede o desenvolvimento de projetos que promovam uma real compreensão do papel social do arquiteto, essencial para a qualidade de vida urbana.

[1] **Autor correspondente:** Goreti Sous. CIAUD-UPT (Portugal).

CC BY NC ND

Palavras chave: Perspetiva de género; Arquitetura; Urbanismo; Igualdade de género; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Inclusão; Educação Universitária; História da Arquitetura.

Abstract:
Introduction : The text discusses the importance of integrating the gender perspective into training in architecture and urbanism, historically male-dominated areas where the female contribution has been undervalued. **Methodology** : Including this perspective in the teaching of these disciplines is crucial to achieving the Sustainable Development Goals, especially those related to gender equality, reducing inequalities and building sustainable cities. **Results:** The research highlights the absence of a gender perspective in Integrated Master's programmes in Architecture in Portugal, evidenced by the lack of content, bibliographical references and institutional initiatives that address the role of women in the history of architecture. The predominance of male lecturers in leadership positions contrasts with the growing demand for architecture training by women. **Discussion**: This includes the development of guides and specific curricular units, sensitising future generations of architects to plan spaces that are more inclusive and sensitive to the needs of all social groups. **Conclusions**: The research argues that the omission of a gender perspective jeopardises quality education (SDG 4) and prevents the development of projects that promote a real understanding of the architect's social role, which is essential for the quality of urban life.

Keywords: Gender perspective; Architecture; Urbanism; Gender equality; Sustainable Development Goals; Inclusion; University Education; History of Architecture.

1. Introdução

A valorização de alguns grupos sociais em detrimento de outros é perpetuada através das interações e do acesso a espaços diferenciados. Historicamente, a perceção do planeamento e da criação do ambiente construído tem sido dominada principalmente por engenheiros e arquitetos. Tratando-se de profissões maioritariamente dominadas por homens o contributo das mulheres nos campos da arquitetura e do urbanismo tem sido frequentemente ignorado. Por outro lado, o espaço não é neutro e, como tal, não deve ser concebido para um agente neutro. A construção de cidades e comunidades sustentáveis (ODS11) exige uma compreensão mais profunda da forma como homens e mulheres experimental e usam os espaços construídos.

A introdução da perspetiva de género no ensino da arquitetura e do urbanismo, é fundamental, para alcançarmos as metas definidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis na construção de cidades e comunidades mais sustentáveis, contribuindo, também, para a redução das desigualdades (ODS 10) e para a promoção da igualdade de género (ODS 5).

Para que estes objetivos sejam alcançados considera-se fundamental cultivar nas jovens gerações de arquitetos um entendimento de uma forma de planear a cidade e de construir os edifícios mais sustentável e atenta às necessidades de todos os grupos, me particular dos considerados minoritários. Na presente investigação adota-se um entendimento, mais amplo do conceito de perspetiva de género em arquitetura e urbanismo, o qual não se restringe à salvaguarda dos interesses das mulheres, mas sim como uma nova forma de observar, projetar e dar resposta às necessidades sociais, liberta de estereótipos que impedem a aceitação da diferença e promovem uma postura igualitária e inclusiva.

Contudo, tem sido inúmeras vezes referida, na bibliografia especializada, a invisibilidade

história da figura feminina, decorrente de uma história contada no masculino. Na arquitetura esta invisibilidade foi perpetuada até bem tarde por um paradigma de investigação e ensino da disciplina centrada na figura dos Arquitetos-herói, que no seu conjunto formam um *star system* difícil de abalar.

1.1. Revisão da Literatura

Os estudos sobre questões de género nascem, a nível internacional com a segunda vaga feminista, no final da década de 60, ganhando, muito rapidamente, expressão na academia, dada a participação no movimento das estudantes universitárias (Abranches, 1998). Contudo em Portugal estes estudos são introduzidos no meio científico português bastante tardiamente, já que o contexto social e científico do Estado Novo, vigente em Portugal até abril de 1974, foi avesso ao pleno desenvolvimento das ciências sociais e humanas por um lado, e dos movimentos feministas, por outro. Este antagonismo representou um forte obstáculo à introdução deste campo de estudos nas universidades portuguesas (Pereira, 2013).

Este contexto conservador dominou a sociedade portuguesa até meados da década de 80 do séc. XX, influenciando o desenvolvimento das investigações na área de Estudos de Género ao não permitir um acesso igualitário das investigadoras portuguesas às universidades perpetuando o domínio masculino do panorama universitário português (Amâncio, 2003). Por outro lado, se bem que Portugal conheceu movimentos estudantis nos anos 60, com particular relevância nos anos de 1962 e 1969, o seu fundamento foi, por cá, mais de caráter político, tendo como bandeiras as posições antifascistas e anticolonialistas, pelo que as questões feministas não tiveram, por cá o mesmo impacto que se observou no contexto internacional (Abranches, 1998).

As questões de género só foram introduzidas na sociedade portuguesa, na década de 80, mas ainda fora do contexto universitário, ficando muito dependente, nesta primeira fase, de iniciativas do próprio estado (Santos *et al.*, 2023). Entre estas iniciativas merece destaque a atuação da *Comissão da Condição Feminina*, uma comissão para a igualdade que se transformou num dos grandes incentivadores dos primeiros estudos de género em Portugal (Pinto, 2015; Abranches, 1998).

No final da década de 80 observa-se um crescimento do número de dissertações de mestrado e as primeiras teses de doutoramento sobre este tema (Pinto, 2015), mas foi verdadeiramente a partir da década de 90 que se inicia o processo de institucionalização académica destes estudos (Santos *et al.*, 2023) no âmbito das ciências sociais (Amâncio, 2003), sobretudo nas áreas da filosofia, literatura, cultura, teatro, educação, psicologia social, direito, economia, sociologia e história (Joaquim, 2004).

Logo em 1991 nasce a *Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, a primeira associação exclusivamente com caráter científico, dedicada à promoção e à divulgação dos estudos de género (Pinto, 2015; Santos M. I., 1995). Em 1997 foi criada a *Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres* e no ano seguinte o *Centro de investigação sobre a Mulher* da Universidade Nova de Lisboa (Pinto, 2015). Ramalho (1995) refere ainda a criação de outros centros com objetivos semelhantes no ISCTE, na Universidade da Madeira e na Universidade Portucalense, que se converte, assim, na primeira universidade privada a criar o Centro de Estudos Femininos.

Paralelamente, foram criadas, nesta década, duas revistas científicas especializadas: *ex æquo — Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* e *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher* (Santos *et al.*, 2023), as quais têm proporcionado, desde então, um espaço académico e

científico para a divulgação de pesquisas e estudos sobre questões de género (Santos *et al.*, 2023).

Apesar desta década corresponder a um período de consolidação e de institucionalização dos estudos de género como objeto de conhecimento, na área da formação, apesar do grande destaque, na bibliografia, é dado à criação, em 1995, do primeiro mestrado na área pela Universidade Aberta (Santos *et al.*, 2022 ; Santos *et al.*, 2023), o panorama que se observa, no final desta mesma década, nas universidades portuguesas no que à formação diz respeito, revela uma exscessiva dependência da iniciativa individual dos docentes no tocante à inclusão desta problemática nos curricula (Abranches, 1998). Salienta-se assim, no final desta década uma disparidade entre o crescente interesse pelo tema, em termos de investigação, com uma grande resistência à sua introdução, de forma estruturada no plano formativo (Abranches, 1998; Ferreira E., 2019).

As primeiras décadas do séc. XXI foram, por sua vez, pautadas por uma consolidação da institucionalização dos estudos de género, por um aumento dos núcleos de investigação em estudos de género, com um também crescente número de projetos de investigação e de conferências e seminários organizados (Pereira, 2013).

Os resultados destes projetos têm demonstrado o valioso contributo que a perspetiva de género tem trazido para a ciência em geral e o ensino superior em particular. O debate teórico sobre questões de género tem impulsionado o desenvolvimento de novas linhas de pensamento teórico e conceptual, desafiando as conceções tradicionais de masculinidade e de feminilidade e o desenvolvimento de novas formas de perceção das identidades de género (Amâncio, 2003). Pereira & Santos (2014) destacam entre os principais contributos da critica feminista para o avanço da ciência em Portugal o questionamento dos pressupostos epistemológicos e metodológicos da ciência mainstream, tais como pressupostos estabelecidos sobre objetividade, neutralidade e universalidade, destacando como estes podem refletir hierarquias de poder e de opressão. Por sua vez, a inclusão da perspetiva de género altera o foco para a importância da subjetividade, das relações interpessoais e das emoções no processo de produção do conhecimento.

Ao confrontar as omissões epistemológicas os estudos de género têm promovido a inclusão de temas, antes marginalizados ou invisibilizados, que se têm vindo a afirmar como temas emergentes e controversos, estimulando a inovação e a renovação das abordagens metodológicas, incentivando a procura de novas formas de pensar e de fazer pesquisa (Pereira & Santos, 2014).

Por outro lado, destaca-se a forma como, a partir da critica feminista, têm surgido novos conceitos e métodos de pesquisa, assentes, em grande parte numa abordagem interdisciplinar e inclusiva (Pereira & Santos, 2014). Assim os estudos de género têm contribuído para desconstruir os estereótipos em que assentam as desigualdades de género em diferentes âmbitos.

Atualmente, dentro desta área de estudos existe, em termos de investigação, um foco muito grande na inclusão de perspetivas diversas que enriquecem o debate e contribuem para uma compreensão mais abrangente das questões de desigualdade e da discriminação (Amâncio, 2003).

Por outro lado, no que à oferta formativa se refere, têm também sido propostos vários cursos interdisciplinares de estudos de género. A Universidade Aberta acrescentou ao seu programa de Mestrado um Doutoramento, em 2002, seguido em 2008, por um segundo curso de

doutoramento, lançado pela Universidade de Coimbra. Também ao nível do segundo ciclo surgiram duas propostas complementares ao mestrado que, de forma pioneira, a Universidade Aberta inaugurara em 1995, um primeiro na Universidade Nova de Lisboa e outro na Universidade de Coimbra (Pereira, 2013; Pinto, 2015).

Infelizmente algumas destas propostas foram, pouco tempo depois, descartadas muito devido, na opinião de Pereira (2013) à reestruturação imposta pelo Processo de Bolonha e à necessidade de organizar o ensino superior de acordo com uma lógica de mercado, onde esta oferta foi substituída por uma aposta em áreas mais canónicas.

Recentemente a inclusão da perspetiva de género no ensino superior em Portugal foi objeto de um projeto de investigação por uma equipa multidisciplinar composta por investigadores da área da sociologia e da Psicologia-Educação. Este projeto (ENGENDER - *Integração dos estudos de género no Ensino Superior*), financiado, com fundos nacionais, pela FCT - Fundação para ciência e Tecnologia, tinha como principais objetivos a elaboração de um diagnóstico do grau de integração dos estudos de género no ensino superior publico em Portugal e a definição de estratégias de integração (Ferreira *at al.*, 2024).

As conclusões deste projeto apontam que o género continua ausente dos planos de estudos das instituições de ensino superior portuguesas, apenas estando presentes em 7.5% dos cursos de licenciatura oferecidos em universidades publicas (Ferreira *et al.*, 2024). Quando aparecem surgem dentro de unidades curriculares optativas e apenas em 2.4% dos casos correspondem ao tema principal do programa (Ferreira *et al.*, 2024).

Um aspeto inovador deste projeto foi a abordagem por área disciplinar. As conclusões a que chegaram para a área das Artes e das Humanidades salientam a necessidade de reconhecer as contribuições de homens e mulheres em áreas como a história, filosofia, literatura e arte. Mais especificamente na área da arquitetura e do urbanismo, ressaltando a importância de considerar a preocupação com todas as pessoas e a perceção de segurança na conceção da cidade e dos edifícios (Ferreira *et al.*, 2024).

No campo da arquitetura e do urbanismo assiste-se, desde há uns anos a esta parte, a um esforço por rever esta forma de rever essa discriminação histórica, começando a surgir alguns referentes femininos. Em Portugal são ainda poucos os investigadores que se debruçam sobre esta temática. Contudo, é já possível encontrar um corpo teórico que nos permite uma análise historiográfica sobre o contributo das mulheres para a história da arquitetura portuguesa do século XX, em particular das décadas de 40 e 50.

Autores como Monteiro (2015) & Gil (2015) abordam a pertinência de estudar as figuras das pioneiras da arquitetura em Portugal, Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva, referenciadas na prática totalidade das publicações, ainda que a maioria se limite a enuncia-las ou a dar alguns elementos de referência para ambas. Com a exceção de uma tese de Doutoramento dedicada ao percurso de Maria José Marques da Silva no contexto da produção do atelier conjunto com o marido (Pires, 2012).

Este estado da arte revela que, no meritório esforço por ultrapassar o paradigma do arquiteto herói, procura-se construir referencias femininas para as novas gerações, contudo é necessário acautelar que não se incorre no erro de substituir o arquiteto herói pela heroína pioneira, perpetuando a invisibilidade de outras mulheres que partilharam com elas o mesmo contexto. Fica assim patente que muito há ainda a fazer para dar visibilidade ao contributo feminino para a história da arquitetura portuguesa.

Este não, contudo, o foco desta investigação, centrada na necessidade de incluir a perspetiva de género nos planos de estudo de arquitetura e urbanismo em Portugal.

1.2. Hipótese

No campo da arquitetura e urbanismo a perspetiva de género pode ser incluída nos planos de estudo a partir de duas dimensões. Uma mais de acordo com o que se acabou de expor acerca da necessidade de dar visibilidade aos contributos e referências femininas na história da arquitetura portuguesa, a segunda a partir da introdução da perspetiva de género na prática de projeto. O objetivo central da investigação que se apresenta foca-se na primeira destas dimensões.

Parte-se da análise dos 17 cursos de Mestrado em Arquitetura ativos em Portugal para uma avaliação inicial da forma como se valoriza a contribuição feminina no campo da arquitetura, entendendo-se que esta dimensão é um primeiro degrau para se atingir o segundo. Perceção que se reforça pela forma como reiteradamente, na bibliografia, a ausência de conteúdos e de recursos cientificamente validados é apontada como uma das principais fragilidades no que toca à institucionalização dos estudos de género no âmbito, mais alargado, das ciências sociais e humanas.

2. Metodologia

Para capturar a complexidade e a profundidade da problemática associada à incluso da perspetiva de género nos planos de estudos dos 17 cursos de arquitetura oferecidos por universidades portuguesas, foi adotada uma estratégica metodológica mista que combina análise quantitativa com entrevistas a informantes chave e análise bibliométrica (Creswell & Clark, 2018).

A análise quantitativa aplicou-se, num primeiro momento de investigação para fornecer uma visão geral dos dados relativos a corpo docente e planos de estudo de arquitetura e urbanismo em Portugal e identificar padrões e relações estatisticamente significativas (Bryman, 2016). Os dados foram coletados a partir de bases de dados secundárias, como a fornecida pela Direção Geral do Ensino Superior e pelas próprias instituições de ensino superior. Estes dados foram analisados usando estatísticas descritivas para sumarizar os dados (Field, 2013) e estatísticas inferenciais para examinar relações entre variáveis (Cohen *et al.*, 2018).

Complementarmente foram realizadas entrevistas exploratórias a informante chave (Kvale, 2007) permitindo explorar em profundidade os resultados quantitativos e enquadra-los em contextos específicos (Rubin & Rubin, 2012). Os entrevistados foram selecionados com base na sua experiência enquanto docentes de arquitetura, abrangendo docentes do setor público e do privado.

Por fim, foi conduzida uma análise bibliométrica (Borgman & Furner, 2002), também de carater exploratório, com base numa amostra de programas de unidades curriculares de História da Arquitetura, disponibilizados publicamente pelas universidades que oferecem cursos de mestrado integrado em arquitetura e urbanismo, identificando questões relevantes como a atualidade dos materiais propostos aos estudantes e a inclusão de referências femininas nestas propostas bibliográficas.

A triangulação dos resultados obtidos com esta abordagem metodológica mista proporciona uma visão abrangente e profunda da problemática da inclusão da perspetiva de género nos planos de estudos de arquitetura e urbanismo oferecidos em universidades portuguesas.

3. Resultados

Em Portugal o exercício da profissão de arquiteto exige uma formação de, no mínimo 300 ECTS, correspondentes a um Mestrado Integrado. Os planos de estudo destes cursos estão muito condicionados pelas exigências normativas constantes na Diretiva Comunitária 85/384/CEE, de 10 de junho, relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura. Este diploma impõe critérios à formação universitária no domínio da arquitetura para que os seus diplomados tenham possibilidade de exercer a profissão de arquiteto dentro do espaço europeu (Conselho Europeu, 1985). Prevê-se, por exemplo, a exigência de um conhecimento adequado da história e das teorias da arquitetura e da compreensão da profissão de arquiteto e do seu papel na sociedade, nomeadamente, pela elaboração de projetos que tomem em consideração os fatores sociais e as necessidades deles advindas.

Atualmente encontram-se registados como ativos na Base de Dados da Direção Geral do Ensino Superior, 17 Mestrados Integrados no domínio da Arquitetura. 10 são lecionados em Universidades Privadas e 7 em Universidades Públicas.

No âmbito desta Investigação foram analisados os 17 planos de estudo com o objetivo de avaliar como tem sido abordada a perspetiva de género na formação em arquitetura e urbanismo em Portugal.

Tabela 1.

Caraterização por género do corpo docente

Instituição	N. total de docentes	Docentes do sexo Masculino	Docentes do sexo Feminino
ESAP	19	14	5
ISMTG	18	11	7
ISCTE	27	12	15
UAL	27	20	7
UBI	43	30	13
UFP	24	15	9
UC	57	42	15
UM	37	29	8
FAUP	84	57	27
ULL	42	25	17
ULP	28	18	10
ULF	27	19	8
LUSÓFONAPt	24	15	9
LUSÓFONALx	19	15	4
UE	41	26	15
UPT	18	10	8
Total	**535**	**358**	**177**

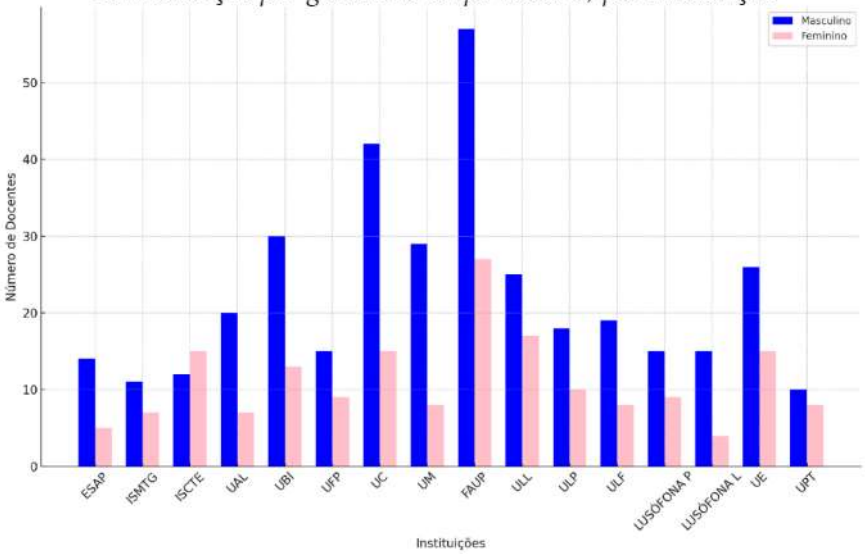
Fonte: Elaboração própria (2024).

Analisando a distribuição geral de docentes por género constata-se que dos 535 docentes listados entre o corpo docente afeto aos cursos de mestrado integrado em arquitetura e urbanismo 358 (66.9%) são do sexo masculino, ficando assim em larga maioria relativamente às colegas do sexo feminino.

Analisando a distribuição por géneros do corpo docente dentro de cada instituição verificou-se que existe uma predominância de docente do sexo masculino em todas as instituições analisadas, com uma média significativamente maior de docentes masculinos em comparação com os femininos.

Figura 1.

Caraterização por género do corpo docente, por instituição



Fonte: Elaboração própria (2024).

As variações nas proporções de género entre diferentes instituições não são estatisticamente significativas, o que nos revela uma imagem de uma distribuição por género relativamente consistente entre as instituições. Contudo salienta-se que apenas no ISCTE se verifica uma maior proporção de docentes femininos, correspondendo a 55,5% dos docentes afetos ao curso. No polo oposto, a UM é a universidade que apresenta uma maior percentagem de docentes do sexo masculino (78,38%).

Fazendo uma análise comparativa desta realidade, entre o setor publico e privado, verifica-se um relativo equilíbrio entre instituições publicas e privadas, no que se refere ao total de docentes afetos aos cursos de arquitetura: 292 docentes lecionam no setor publico e 243 no setor privado. Ainda que o setor privado corresponde a 10 cursos, face aos 7 do setor publico. Analisando estes números em termos de distribuição por géneros o rácio de docentes femininas no publico é de apenas 32%, ficando aquém da média nacional que se situa nos 34%. Já no setor privado o rácio de docentes do sexo feminino é ligeiramente superior à média nacional (34,5%).

A mesma disparidade se verifica na análise da estrutura de Coordenação/Direção de curso, já que, no universo dos 17 cursos de Arquitetura e Urbanismo apenas 5 têm mulheres na direção/coordenação (29%).

3.2. Caraterização por género dos estudantes inscritos nos ciclos de estudo

Após a análise dos dados relativos ao corpo docente, passou-se para a caraterização por género dos estudantes inscritos nos ciclos de estudo de arquitetura e urbanismo. Para esta caraterização lançou-se mão dos Guiões de Autoavaliação do Ciclo de Estudos apresentados à A3ES no âmbito dos processos de acreditação obrigatória dos cursos. Contudo, dos 17 ciclo de estudos analisados no que ao corpo docente se refere, apenas 9 disponibilizam

publicamente este documento onde se caracteriza a instituição e se apresenta o curso, nomeadamente o plano de estudos e as fichas curriculares das unidades que o compõem.

Tabela 2.

Caraterização por género dos estudantes inscritos no ciclo de estudos

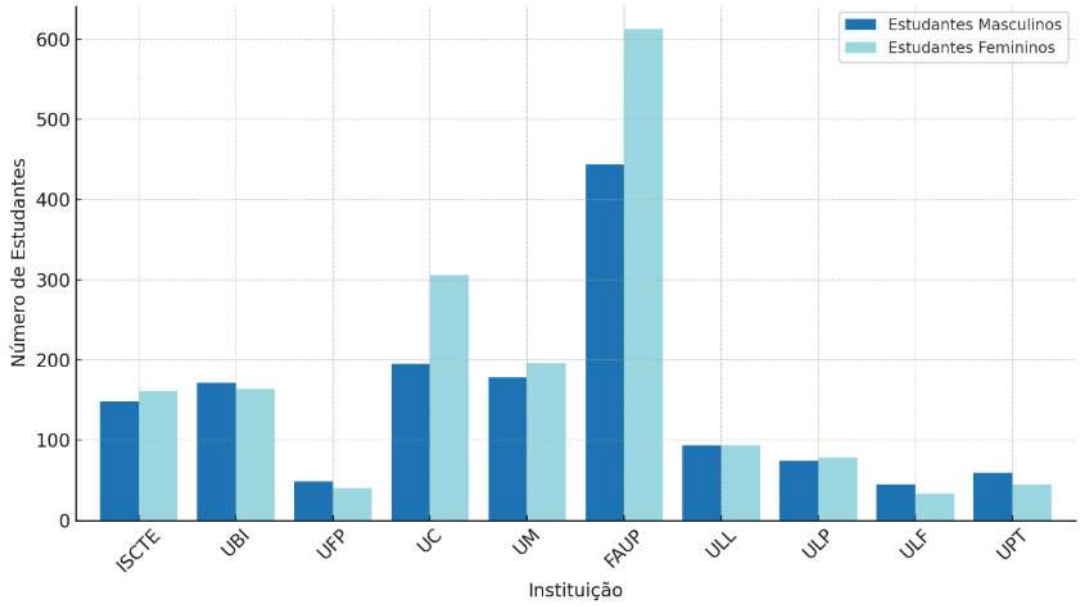
Instituição	N. total de estudantes	% Estudantes do sexo Masculino	% Estudantes do sexo Feminino
ISCTE	309	148	161
UBI	335	171	164
UFP	88	48	40
UC	501	195	306
UM	374	178	196
FAUP	1057	444	613
ULL	186	93	93
ULP	152	74	78
ULF	78	45	33
UPT	104	59	45
Total	**3096**	**1407**	**1689**

Fonte: Elaboração própria (2024).

No universo de estudantes 3096 inscritos nos 9 cursos de arquitetura e urbanismo para os quais foi possível fazer a caracterização por género dos estudantes inscritos 55% são mulheres. Verifica-se ainda que as mulheres estão em maioria em 5 dos nove cursos com dados para a elaboração desta caraterização, sendo que numa das instituições existe uma situação de equilíbrio entre estudantes de ambos os sexos e, apenas em três as mulheres estão em minoria no que aos estudantes inscritos diz respeito.

Figura 2.

Distribuição por género e instituição dos estudantes inscritos no ciclo de estudos



Fonte: Elaboração própria (2024).

A FAUP é a instituição onde a diferença percentual entre estudantes do sexo feminino e do sexo masculino é maior. Por sua vez a é na UPT que se verifica uma maior diferença percentual, mas favorável aos estudantes do sexo masculino.

Uma comparação entre o setor publico e o privado mostra que no publico apenas uma instituição apresenta as estudantes do sexo feminino em minoria, ao invés no setor privado as estudantes do sexo feminino apenas estão em maioria numa das universidades.

Se cruzarmos esta caraterização com a da distribuição por género elaborada, no ponto anterior para os docentes verifica-se que a instituição na qual as mulheres aparecem em maioria no corpo docente apresenta também uma maior percentagem de mulheres entre os estudantes inscritos (52%), contudo não é a instituição onde este número é mais significativo, sendo relegada para a quarta posição. No que se refere à Universidade de Coimbra, a instituição em que as mulheres estão em franca maioria entre os estudantes (61%) apresenta um rácio de arquitetas no seu corpo docente de apenas 26%.

Por sua vez, a Universidade do Minho, instituição com o rácio menor de arquitetas entre o corpo docente (22%) apresenta um peso percentual de 52,5% de mulheres entre as estudantes de arquitetura.

3.3. Perspetiva de Género nos Planos de Estudos de Arquitetura e Urbanismo

Uma primeira análise aos planos de estudo apresentados nos Guiões de Auto-Avaliação revelou, que nenhum dos 9 processos analisados inclui referências à perspetiva de género na descrição dos objetivos do curso, no respetivo plano de estudos ou na apresentação das fichas curriculares.

Perante esta enorme lacuna, a mesma pesquisa foi conduzida para a informação sobre os planos de estudos exibida por cada instituição de ensino superior nas suas páginas web oficiais, contudo o resultado corroborou esta mesma ausência.

Passou-se, então, no âmbito desta investigação, à realização de entrevistas exploratórias a informantes-chave. Foram realizadas duas entrevistas a dois docentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, estando também distribuídos equitativamente pelo setor publico e privado.

Os resultados destas entrevistas corroboram parcialmente esta inexistência de referências, sendo unanime a constatação de que não existem conteúdos formais que de forma sistemática integrem os planos de estudos ou as unidades curriculares que os compõem.

As principais iniciativas que abordam as questões de género no âmbito da formação em Arquitetura e Urbanismo são referenciadas como trabalhos desenvolvidos pelas estudantes, quer no âmbito de trabalhos de pesquisa desenvolvidos para unidades curriculares de Antropologia, História da Arquitetura ou Sociologia. Contudo o principal contributo prende-se com o desenvolvimento de dissertações de mestrado.

Numa das entrevistas salientaram-se algumas iniciativas tendentes a incluir estas reflexões formalmente nos planos de estudo, como a proposta de uma unidade curricular optativa dedicada ao tema *Cidade e Arquitetura com perspetiva de Género*, pela Prof.ª Doutora Patrícia

Pedrosa na UBI[2]. Esta unidade curricular tinha como objetivo central promover a reflexão e construir um conhecimento critico sobre a produção prática e teórica da arquitetura e da cidade cm perspetiva de género.

Passou-se, então, num terceiro momento, a uma análise bibliométrica dos programas das unidades curriculares, escolhendo-se para amostra os das unidades curriculares de história. Foram recolhidos e analisados mais profundamente 47 programas de unidades curriculares de História oferecidos como obrigatórios em planos de estudo de arquitetura e urbanismo e a mesma omissão se reiterou. Nenhum menciona o conceito de Género nos seus objetivos ou conteúdos programáticos. Para além desta evidência esmagadora entre os programas que mencionam diretamente arquitetos de referência de um determinado período, apenas num deles se encontraram referências a duas arquitetas Denise Scott Brown e Alison Smithson ambas em associação com os respetivos companheiros Robert Venturi e Peter Smithson.

Analisando de forma aprofundada a única unidade curricular centrada em questões de género no âmbito da formação em Arquitetura e Urbanismo, oferecida como optativa aos estudantes de arquitetura da UBI, *Cidade e Arquitetura com Perspetiva de Género*, verifica-se que os conteúdos programáticos incluem temas como:

a. Abordagem dos conceitos fundamentais de perspetiva de género, interseccionalidade, opressão, lugar de fala e conhecimento situado;
b. Abordagem ao contexto profissional, incluindo uma história dos estereótipos e dos elementos que sustentam a rutura;
c. Estratégias de análise e de prática de projeto a partir da perspetiva de género;
d. Reflexões sobre a cidade com perspetiva de género
e. Discurso critico e ação sobre a cidade e a arquitetura.

Sendo evidente a falta de uma oferta formativa devotada especificamente aos temas de perspetiva de género nos planos de estudo de arquitetura e urbanismo analisados e perante a evidência de uma total ausência das questões de género entre os objetivos e conteúdos de unidades curriculares de história procedeu-se a uma análise bibliométrica dos textos incluídos como referências de leitura obrigatório e/ou opcional nos 47 programas de unidade curricular analisados.

As 431 referências bibliográficas propostas foram analisadas tendo em conta os seguintes indicadores considerados relevantes:

a) Atualidade: Entre as 431 referências contata-se que 67% foram publicadas no século passado. Entre as 141 editadas já neste século, 19% são da última década e, apenas 5% são dos últimos 5 anos.
b) Referências a autoras femininas: entre as 431 referências apenas se encontraram 31 mulheres entre os autores (7%). Acresce que duas destas referências eram repetidas (QUAIS) e em outras duas aparecem em coautoria.
   A autora mais citada é Paula M. Santos, com 3 publicações, contudo todas aparecem no mesmo programa.

Por fim foi analisada bibliometricamente a unidade curricular de *Cidade e Arquitetura com Perspetiva de Género*, concluindo-se que como seria de esperar, neste caso, entre as 6 referências bibliográficas indicadas como de consulta obrigatória registam-se 12 autoras (86%), num total de 14. Sendo que os dois autores do sexo masculino aparecem numa única referência e em

[2] Na mesma universidade e sob proposta da mesma docente surgem dois cursos não conferentes de grau um sobre *Arquitetura e Perspetiva de Género* e outro em *Cidade e Perspetiva de Género.*

coautoria entre eles e colegas do sexo feminino.

Quanto à atualidade observa-se que a referência mais antiga remonta a 2013. Ou seja, neste caso todas as referências se enquadram em publicações da última década, ainda que nenhuma seja dos últimos 5 anos.

4. Discussão

Dos resultados acima descritos a principal ideia que se salienta é que a perspetiva de género continua ausente dos planos de estudo de arquitetura e urbanismo, tanto no que se refere à organização do plano de estudos, como aos conteúdos das unidades curriculares e inclusive no que se refere às referências bibliográficas incluídas como leituras obrigatórias ou aconselháveis. O tema de género aparece raramente e, sempre de forma episódica, em referências esporádicas e dependentes da iniciativa individual de um punhado de docentes com interesse pelo tema.

Do breve diagnóstico acima levado a cabo salientam-se os seguintes aspetos relevantes:

a. Uma estrutura institucional dominada por docentes do sexo masculino, que se repercute também nos lugares de direção e coordenação de curso, por oposição a uma crescente procura por formação nesta área e pela profissão de arquiteta por jovens do sexo feminino;
b. Dificuldades em afirmar a perspetiva de género como uma área de formação pertinente no ensino superior em arquitetura e urbanismo;
c. Um esforço de inclusão da perspetiva de género no ensino da arquitetura e urbanismo muito dependente de iniciativas isoladas promovidas por iniciativa pessoal dos docentes. No caso da arquitetura e do urbanismo destacam-se as iniciativas, para além das presentes autoras a lecionar na Universidade Portucalense, merecem destaque as iniciativas levadas a cabo por Patrícia Santos Pedrosa na UBI e Sofia Margado na Universidade de Lisboa;
d. Escassez de referências bibliográficas produzidas por mulheres em Portugal e sobre arquitetas de referência na história da arquitetura contemporânea portuguesa, o que se reflete numa escassez de conteúdos e de referências femininas.
e. Ressalve-se a tentativa criação de um Núcleo Feminista na FAUP, que, entretanto, desapareceu. Ou seja, também no domínio da investigação os avanços que têm vindo a acontecer dependem sobretudo da iniciativa individual de docentes e de estudantes (no âmbito de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento).

O panorama que assim se revela constitui um atraso de cerca de 20 anos em relação à situação dos estudos de género na área das ciências sociais e humanas, já que os dados apresentados no apartado anterior se assemelham ao contexto descrito por Santos (1995) e reiterado por Graça Abranches 3 anos mais tarde relativamente à institucionalização dos estudos de género no âmbito das ciências sociais e humanas nas universidades portuguesas.

Difere, contudo, deste cenário de finais dos anos 90, já que, nesse momento, no que às ciências sociais e humanas se refere esta dificuldade de introdução da problemática no plano da formação contrastava largamente com um crescente interesse no domínio da investigação.

No campo da arquitetura e urbanismo, também no que à investigação se refere se nota alguma dificuldade de afirmação.

5. Conclusões

A principal conclusão a que se chega, como se viu claramente na discussão acima apresentada, é que a arquitetura e o urbanismo em Portugal estão numa fase muito incipiente, quer em relação à investigação sobre arquitetura e género, mas sobretudo no que se refere à sua inclusão na formação superior.

Esta é uma lacuna que, na ótica das autoras, urge colmatar, já que se pode argumentar que a omissão do contributo feminino para a história da arquitetura contemporânea portuguesa, implica que as universidades não estão a oferecer uma formação que assegure um adequado conhecimento da história da arquitetura, tal como exigido na Diretiva Comunitária 85/384/CEE. Da mesma forma ao não acautelar a incorporação da perspetiva de género na prática de projeto ao longo do mestrado integrado, não promovem uma real com preensão do papel social do arquiteto, já que este implica o desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo que tenham em consideração os fatores sociais e as necessidades que deles advêm. Assim um ensino da arquitetura e urbanismo com perspetiva de género, ao implicar uma prática projetual sensível às necessidades de todos os grupos sociais, em particular dos minoritários, pode ter um impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos, contribuindo, de forma significativa para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis.

Perante os obstáculos a esta inclusão é urgente a criação de um guia que auxilie as instituições a planearem de forma estruturada esta incorporação: com, por exemplo, a criação de unidades curriculares em cursos de graduação, a organização de uma oferta formativa de cursos de pós-graduação de dicados especificamente a estes temas para as gerações que completaram a sua formação sem oportunidade de se debruçarem sobre esta problemática.

Mas sobretudo impõe-se, a breve prazo a definição de uma estratégia de introdução de conteúdos e de objetivos associados à questão de género em unidades curriculares de carater mais generalista, já incluídas nos atuais planos de estudo.

Tendo em conta que o poder é exercido através do conhecimento, muitas vezes inconscientemente, por muitos agentes que constituem uma teia de controlo que raramente prestaram atenção a esta questão, mantendo-a afastada da intervenção política. O primeiro passo para alterar este estado de coisas é fornecer dados que orientem os seus investimentos e prioridades de governação, e fazer crescer a consciência destas questões entre docentes e estudantes. O passo crucial é sensibilizar as gerações mais jovens, de modo a prepará-las para debater, exigir e atuar de acordo com estes princípios.

No domínio da arquitetura, é necessário proceder a uma avaliação séria e uma reorientação o ensino de acordo com as estas novas aspirações. Esta revisão deve ser promovida a partir de dois objetivos específicos: aumentar a visibilidade da contribuição feminina na arquitetura e no urbanismo e promover a conceção de espaços mais flexíveis e inclusivos desenhados a partir de uma perspetiva de género.

Partindo desta análise centrada na avaliação do papel que a perspetiva de género representa nos planos curriculares de arquitetura e urbanismo em Portugal e da importância da sua clara identificação para poder planear um futuro integrado que inclua a vida socioeconómica e a sustentabilidade, no que se assegure a inclusão de todos como fator de proteção e a garantia de que estamos a construir um futuro melhor para todos. Pelo que se considera que a investigação que aqui se apresenta representa também um contributo para uma Educação de Qualidade (ODS 4).

6. Referências

Abranches, G. (julho de 1998). "On what terms shall we join the procession of educated men?" Teaching feminist studies at the University of Coimbra. *Oficina do CES*.

Amâncio, L. (2003). O género nos discursos das ciências sociais. *Análise Social, XXXVIII*, 687-714. http://hdl.handle.net/10071/18123

Borgman, C., & Furner, J. (2002). Scholarly communication and bibliometrics. *Annual Review of Information Science and Technology, 36*(1), 3-72. https://doi.org/10.1002/aris.1440360102

Bryman, A. (2016). *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.

Cohen, J., Cohen, P., & West, S. G. (2018). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences* . Routledge.

Conselho Europeu. (1985). *Diretiva do Conselho 85/384/CEE*. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31985L0614

Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2018). *Designing and conducting mixed methods research*. Sage Publications.

Ferreira, E. (2019). Women's, Gender and Feminist Studies in Portugal: Researchers' Resilience vs Institutional Resistance. Gende. *Place & Culture*, 1223-32. https://encr.pw/cntfh

Ferreira, V., Lopes, M., Vieira, C. C., Monteiro, R., & Santos, C. (2024). *Guia para a integração da perspetiva de género no Ensino Superior*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Gil, L. (2015). A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre género e espaço(s). *Rrbana, 7*(211), 02-23. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642600

Joaquim, T. (2004). ex æquo: Contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal. *Revista Estudos Feministas*, 12, 88-93. https://www.scielo.br/j/ref/a/R3K4RFMZvTP45hR7hfgtwrr/abstract/?lang=pt

Monteiro, P. (2015). Mulheres invisiveis. Princípios para uma reconstrução do discurso em Arquitetura. *Urbana: Revista Eletrônica Centro Interdisciplinar Estudos Cidade, 7*(2), 55-66. https://periodicos.sbu.unicamp.br

Pereira, M. (2013). A institucionalização dos estudos sobe as mulheres, de género e feministas em Portugal no século XXI: conquistas, desafios e paradoxos. *Faces de Eva – Estudos*, 30, 37-54. https://doi.org/10.34619/neqj-97bn

Pereira, M., & Santos, A. (2014). Introdução. Epistemologias e metodologias feministas em Portugal: contributos. *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 29, 9-21. https://encr.pw/q70oe

Pinto, T. (2015). A APEM e os estudos sobre as mulheres e de género em Portugal. Contextos e percursos. Em A. Torres, H. Sant`Ana, & D. Maciel, *Estudos de Género numa perpetiva interdisciplinar* (pp. 27-36). Mundos Sociais.

Pires, M. d. (2012). *O Ataliê de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins.* Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67327

Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2012). *Qualitative interviewing: The art of hearing data.* Sage Publications.

Santos, C., Lopes, M. d., Vieira, C. C., & Ferreira, V. (2022). O que se ensina nos Estudos de Género em Portugal: uma análise bibliométrica dos planos curriculares. *Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,* 27, 1-22. https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/87522

Santos, C., Monteiro, R., Lopes, M., Martinez, M., & Ferreira, V. (2023). From Late Bloomer to Booming: A Bibliometric Analysis of Women's, Gender, and Feminist Studies in Portugal. *Social Sciences,* *12*(396). https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/87522

Santos, M. I. (Julho de 1995). Women`s studies in Portugal. *Oficina do CES*(52).

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES, FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTOS

AUTOR/S:

Goreti Sousa
CIAUD_UPT.

Goreti Sousa é Professora Auxiliar da Universidade Portucalense, tendo anteriormente exercido o mesmo cargo na Escola Superior Gallaecia. A sua formação académica é em História, tendo-se doutorado em Património Megalítico pela Universidade de Santiago de Compostela. Ao longo da sua carreira, tem leccionado sobretudo História da Arquitetura, das Artes e do Design, bem como Metodologias de Investigação. As suas áreas de investigação centram-se nos domínios científicos do património arquitetónico, da arquitetura vernácula e, mais recentemente, da Arquitetura e Género. É coautora de 10 artigos científicos publicados e de 7 capítulos de livros. Na área da Arquitetura e Género, é co-orientadora de uma dissertação de mestrado concluída, co-orientadora de um doutoramento em curso, bem como da publicação de um artigo científico em revista indexada.

goretisousa@upt.pt

Orcid ID: https://orcid.org/0000-0001-8782-5942

Mónica Alcindor
CIAUD_UPT.

Mónica Alcindor é Professora Associada da Universidade Portucalense. Tem um perfil interdisciplinar que liga a arquitetura e a antropologia. É doutorada pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), Espanha (2011). É licenciada em Arquitetura pela Escuela

Técnica Superior de Acquitter (ETSA) de Sevilha, Espanha (1999). É também licenciada em Antropologia Social e Cultural pela UNED, Espanha (2019). Publicou vários artigos em revistas indexadas onde explora dois campos: a antropologia dos sistemas de construção e as comunidades históricas e seus sítios patrimoniais. Tem participado em diversas conferências, seminários, comités científicos, projectos internacionais e tribunais académicos. monicaalcindor@upt.pt

Orcid ID: https://orcid.org/0000-0002-4939-0295